

MPE requer reforma do Hospital de Custódia

Caso haja descumprimento dos pedidos liminares, o MP pede multa de R\$ 5 mil ao secretário Estadual de Justiça



ESTADO DE SERGIPE PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO RECORTE DE JORNAIS

“**A** estrutura física do prédio é precária, apresenta várias rachaduras, fissuras e infiltrações e o muro que cercava o espaço para o ‘banho de sol’ desabou no último mês de outubro, conforme atesta o laudo da Defesa Civil. Além disso, existem problemas na parte elétrica e hidráulica do presídio e o sistema de proteção contra incêndio e pânico é insuficiente”, relata a promotora de justiça da 2ª Promotoria de Execuções Criminais, Verônica de Oliveira Lazar, sobre a situação em que se encontra o Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico (HCTP).

Com base na vistoria realizada pela citada Promotoria de Justiça, em outubro e novembro de 2013, que ficou comprovada a precária estrutura física do HCTP, foi ajuizada Ação Civil Pública com pedido liminar, para que o Estado de Sergipe promova, em 30 (trinta) dias, as correções das inadequações sanitárias no hospital, em 90 dias, a atualização do projeto arquitetônico e, em 120 dias, a reforma completa daquela unidade prisional. Caso haja descumprimento dos pedidos liminares, o MP requer multa de R\$ 5 mil ao Secretário Estadual de Justiça.

Já com relação aos relatórios oriundos das vistorias realizadas pela Defesa Civil e Vigilância Sanitária do Município de Aracaju e Corpo de Bombeiros Militar, segundo informa a promotora Verônica de Oliveira, eles comprovaram diversas irregularidades no local.

Uma das irregularidades, conforme indica o relatório, é que o número de custodiadas por cela excede a capacidade física da instituição, evidenciando uma situação de superlotação. Na última inspeção realizada pelo MP, havia na unidade aproximadamente 106 internos, no estabelecimento que possui

capacidade projetada para abrigar setenta e dois.

“Além disso, importa também frisar o pequeno efetivo de agentes penitenciários e policiais militares responsáveis pela segurança da unidade. Apenas 22 agentes penitenciários fazem a segurança interna e não há policiais que façam a segurança externa do presídio”, destaca a ACP.

• Recomendações

O MPE requer, também, que o Estado seja obrigado a proceder às correções necessárias no HCTP e que mantenha o MP informado de todo o cronogra-

ma da reforma e sua previsão orçamentária. Depois de reformada, a unidade prisional deverá ter um sistema de monitoramento eletrônico e uma equipe de médicos e enfermeiros em quantitativo suficiente para atender de forma satisfatória a demanda no HCTP.

A agente ministerial destaca, ainda, na ação, que o Governo do Estado de Sergipe recebeu, em 2009, recursos da União, através da Caixa Econômica Federal, para execução da obra de reforma e ampliação do HCTP, na ordem de R\$ 1.237.399,00 (um milhão, duzentos e trinta e sete mil e trezentos e noventa e nove

reais). Em 2012, o contrato de repasse foi cancelado por conta da obra não ter sido iniciada, além de sequer ter licitação adjudicada. Tal matéria, objeto de Pedido de Providências, foi analisada no âmbito do Conselho Nacional de Justiça – CNJ. Processo nº 0000461-45.2013 – Pedido de Providências.

• Sejud

A assessoria de comunicação da Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa ao Consumidor (Sejud) foi procurada, mas até o fechamento desta edição, não se obteve êxito no contato.